

trabalho*necessário*

issn: 1808-799X

ano 6 - número 6 - 2008

A DESUMANIZAÇÃO DO TRABALHO E DO TRABALHADOR NA VIRADA SÉCULO ¹

Michelle Paranhos²

michelleparanhos@gmail.com

Bruno Miranda Neves³

brunomirandaneves@yahoo.com.br

Simone Silva⁴

si-marsi@uol.com.br

A educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e a formação de quadros e a elaboração de métodos para um controle político.

István Mészáros

É impossível contextualizar, explicitar e analisar as mazelas do capitalismo, que atingem vorazmente a classe trabalhadora, sem que façamos uma exposição sobre o sistema capitalista no plano mundial. Após as crises energética, de superprodução e superacumulação vivenciadas na década de 1970 e a conseqüente queda na taxa de lucros, notam-se transformações que tiveram como objetivo a radicalização das formas pelas quais é extraída a mais-valia da classe trabalhadora.

Veremos como a introdução de técnicas advindas do ohnismo/toyotismo como a utilização crescente de trabalho morto, o aumento do controle dos trabalhadores e da produção, a ampliação da captura da subjetividade do trabalhador e a tecnologização

das ciências plasmam um regime de produção flexível. Na qual são requeridas novas qualificações para a classe-que-vive-do-próprio trabalho, bem como novas justificavas ideológicas para justificar as desigualdades de classe.

As novas relações de trabalho, cada vez mais afetadas pela hipertrofia do capital morto, é uma das dimensões da crise que abalou o compromisso fordista-keynesiano de assalariamento da população. Essas crises fortaleceram o questionamento sobre o modelo de Estado de Bem-Estar Social – nos países em que ele existia – dando início ao avanço das políticas neoliberais. Estas transformações atingiram principalmente o mundo do trabalho, sendo implantado, a partir de então, o modelo econômico de acumulação flexível baseado no método toyotista japonês pela sua compatibilidade com a acumulação predominantemente financeira da economia.

O presente ensaio é fruto de reflexões que vimos fazendo sobre o modo de produção atual e suas relações com os processos de formação das classes trabalhadoras⁵.

Processos de trabalho no século XX

A partir das teorias apresentadas pelo engenheiro americano Frederick W. Taylor no final do século XIX, desenvolveu-se um sistema de organização da produção baseado no estudo dos movimentos e do tempo e na observação da forma como os trabalhadores realizavam suas atividades, denominado também *administração científica*. Os princípios fundamentais da *administração científica* consistem no trabalho padronizado, uniforme, com a previsibilidade do rendimento, através da transformação da experiência dos trabalhadores em dados objetivos, com características do método científico. A partir da análise da experiência prática dos trabalhadores e das tarefas simples que cada um desempenhava na produção, Taylor transformou cada movimento do processo de produção em rotinas calculáveis e padronizáveis, dessa maneira o conhecimento dos trabalhadores era expropriado, sistematizado, elaborado e devolvido sob a forma parcelada.

Uma vez sistematizado, o conhecimento relativo ao conjunto passa a ser propriedade privada dos donos dos meios de produção, ou dos seus

representantes, aqueles trabalhadores intelectuais que representam os donos do processo produtivo. Eles têm o domínio da concepção do processo e a compreensão do conjunto. Esse mesmo conhecimento é devolvido aos trabalhadores, porém na forma parcelada. Assim, o trabalhador domina algum tipo de conhecimento, mas apenas aquele relativo à parcela do trabalho que cabe realizar (SAVIANI, 2003, p.138).

Nas primeiras décadas do século XX, soma-se às práticas tayloristas a aplicação de métodos introduzidos por Henry Ford na indústria automobilística. A principal inovação do fordismo em relação ao taylorismo foi a introdução da linha de montagem. O controle do tempo de execução das tarefas é aprimorado e rigidamente estabelecido pela velocidade de deslocamento da linha de montagem, as etapas do trabalho mecanicamente controladas transformam a disciplina no eixo central do processo de produção.

A máxima abreviação e simplificação das tarefas introduzidas pelo taylorismo e reforçadas pela linha de montagem fordista têm como objetivo aumentar a velocidade e a intensidade da produção, diminuindo a porosidade, obrigando o trabalhador a adequar-se à velocidade da máquina no limite de suas possibilidades físicas.

O trabalho é reduzido à execução de tarefas fixas, homogêneas e monótonas incorporadas a uma rotina artificialmente projetada e monitorada, eliminando todas as dimensões do processo produtivo que oferecem obstáculos aos objetivos de valorização do capital, a dinâmica e a rotinização do processo de produção não deixam espaço para que o trabalhador repense o processo produtivo e seus próprios interesses.

Os problemas conceituais em relação às noções de taylorismo e fordismo decorrem do caminho escolhido para a análise. Alguns autores partem do pressuposto de que são conceitos sinônimos, outros autores referem-se aos dois sistemas como métodos de produção ou levando em consideração todo o complexo social no qual estariam inseridos.

Aqui, levaremos em consideração as idéias e métodos correntes durante o século XX, sem nos aprofundarmos no debate com relação ao modelo fordista e ao modelo taylorista.

Souza, Santana e Deluiz (1999) destacam que se deve lembrar da apropriação que Ford faz das idéias de Taylor centradas na noção de administração científica e outras tendências correntes na época.

Dina (1987) afirma que à primeira vista o fordismo poderia ser considerado como a aplicação do taylorismo em grande escala, mas que se ater a essas considerações pode ser extremamente limitante para a análise dos paradigmas de produção, pois ao mesmo tempo em que alguns pressupostos tayloristas são levados ao limite extremo outros começam a ser desmantelados.

Mas há um aspecto ainda mais fundamentalmente característico do fordismo: a ótica taylorista se fecha no interior do local de produção; é um postulado de que o aumento da produção seja positivo para todos. Para Ford, ao contrário, por um lado o mecanismo de adesão se fecha no exterior da fábrica, através da proposta não só de um maior consumo, mas também de um modelo de consumo análogo àquele das classes dominantes; por outro lado os níveis salariais possibilitam o “mercado” de massa desse mesmo consumo (DINA, 1987, p.83).

Os aspectos centrais do modelo fordista são a produção e o consumo de massa: de produtos cada vez mais baratos, *standartizados* e rígidos, fabricados em escala industrial e acessíveis às diversas camadas da sociedade.

É justamente nesse ponto que se fundamenta a superação do paradigma fordista pelo paradigma da acumulação flexível, “a crise do sistema fordista foi deflagrada no pólo do sistema que é externo à produção, isto é, na demanda e no consumo, os quais, ao se instituírem sobre os novos padrões de exigência, tornaram obsoleto o fordismo a partir de uma de suas bases” (SOUZA, SANTANA & DELUIZ, 1999, p.41).

Em outros níveis, a crise dos anos 1970 desmontou as estruturas que forneciam as bases políticas e econômicas para o sistema fordista e, além disso, asseguravam que as massas pudessem ter acesso aos bens produzidos em grande escala. Os dispositivos de intervenção econômica e social do Estado de Bem-Estar são apontados por aqueles que defendiam a auto-regulação do mercado como as causas principais da crise econômica.

O Estado de Bem-Estar Social surgiu na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, a partir das teorias desenvolvimentistas e de modernização, com o objetivo de atuar como uma rede de segurança social e econômica, garantindo direitos sociais de educação, saúde, transporte, moradia, garantias de emprego e seguro desemprego, além de organizar e regulamentar a atividade econômica. E também como elemento de proteção social diante da ameaça real do socialismo após a revolução de 1917 e das lutas travadas entre o capital e o trabalho nos países do capitalismo central.

Após um longo período de êxito, que se estendeu até a década de 1970, no qual se constitui o crescimento mais rápido da história do capitalismo avançado, “as políticas econômicas da Era de Ouro pareceram fracassar” (HOBBSAWN, 1995, p.245), o mundo capitalista caiu numa longa e profunda recessão, combinando altos índices de inflação e baixos índices de crescimento econômico. Os ideais neoliberais⁶, que já se formavam desde a década de 1940, ganham expressão neste período, defendendo a idéia de que o Estado de Bem-Estar deveria ceder lugar a um novo formato de Estado, o Estado mínimo.

A idéia-força batizadora do ideário neoliberal é a de que o setor público (o Estado) é responsável pela crise, pela ineficiência, pelo privilégio, e que o mercado e o privado são sinônimo de eficiência, qualidade e equidade. Desta idéia-chave advém a tese do ‘Estado mínimo’ e da necessidade de zerar todas as conquistas sociais, como o direito à estabilidade de emprego, o direito à saúde, educação, transportes públicos, etc. Tudo isso passa a ser regido pela *férrea* lógica das leis de mercado. Na realidade, a idéia de ‘Estado mínimo’ significa o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital (FRIGOTTO, 1999, p.83).

A recomposição econômica do capitalismo se realiza pela radicalização das práticas neoliberais. Por volta de 1980, “governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder” (HOBBSAWN, op.cit., p.245) com destaque para o governo Thatcher, eleito na Inglaterra em 1979, e para o governo Reagan, que chega à presidência dos Estados Unidos em 1980, em seguida os governos neoliberais se espalham por quase todos os países do norte europeu.

Se durante a “Era de Ouro” as responsabilidades de arcar com as conseqüências do sistema capitalista e sustentar seu equilíbrio através da manutenção de dispositivos de segurança coletiva estavam destinadas ao Estado, o neoliberalismo coloca os objetivos de acumulação e maximização do capital acima de quaisquer custos sociais e humanos.

A redistribuição social e regulamentação econômica mantidas artificialmente pelo Estado eram formas de evitar os protestos das classes trabalhadoras e assegurar a permanência do capital como sistema dominante. A contenção dos gastos sociais implicaria na redução dos impostos e encargos sobre rendas e rendimentos altos, a supressão das garantias de emprego e a privatização das empresas estatais garantiriam a restauração das taxas ‘naturais’ de desemprego, reduzindo o *poder* das classes trabalhadoras para reivindicar melhorias salariais e gastos sociais, permitindo a dinamização da economia.

As atribuições do Estado de Bem-Estar e o “poder excessivo e nefasto dos sindicatos” são apontados nas explicações neoliberais como os “processos que destruíram os lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias mundiais” (ANDERSON, 1995, p.10).

Sob outros aspectos, a transnacionalização e a hegemonia do capital financeiro desmontam o modelo de acumulação fordista, os limites e fronteiras de Estado deixam de ser determináveis e as economias tomam proporções mundiais e continuam em expansão durante as décadas de crise, após 1973.

A globalização representa, na concepção neoliberal, a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência sob proporções mundiais, das quais dependeria a prosperidade de todos. Significando o triunfo da ideologia política e econômica que coloca o desenvolvimento como objetivo maior da sociedade. Frigotto (1997) aponta a naturalização da exclusão e das diferentes formas de violência como o dado mais perverso do plano ético-político neoliberal, a idéia de igualdade e a democracia são consideradas elementos nocivos ao desenvolvimento econômico.

Segundo Cardoso (2006), a expansão capitalista a partir da Segunda Guerra Mundial é impulsionada pelas necessidades norte-americanas de expandir seus mercados em direção às regiões menos desenvolvidas como os países da Ásia, África e América Latina. O *New Deal*, implantado pelo governo Truman na década de 1950, e a Aliança para o Progresso, assinada no ano de 1961, durante o governo de J.F. Kennedy, sinalizam a intervenção americana cujo objetivo declarado consistia na ajuda ao desenvolvimento além de combater a expansão do comunismo. Outros instrumentos transnacionais são construídos após a Segunda Guerra alegando ter como objetivo melhorar as condições de vida dos países subdesenvolvidos: o FMI, o BID, o Banco Mundial, a ONU, a OTAN, a UNESCO.

Como assinala Pochmann (2001, p.8), “a integração das economias transformou-se no caminho mais simples de potencialização do império norte-americano e das finanças internacionais no comando do processo de acumulação mundial”

Por outro lado, Hobsbawn (1995, p.272) alerta que a existência de uma economia mundial impõe limites ao que mesmo as economias de Estados muito grandes e poderosos podem fazer, o surgimento das economias mundiais foi responsável por muitos dos problemas da época. Os processos de globalização ou mundialização dos mercados e do capital anulavam o poder dos Estados nacionais, principalmente dos países periféricos e semiperiféricos.

As décadas que se seguem à Segunda Guerra Mundial são marcadas pelo processo de polarização e centralização do capital, tanto em níveis micro quanto macroeconômicos. Constrói-se rapidamente o novo contexto da divisão internacional do trabalho, caracterizado pelo aumento das desigualdades entre as nações e entre as sociedades nacionais, que diante dos limites impostos pelas economias mundiais criam uma relação de dependência em relação aos países desenvolvidos. O cenário da divisão internacional do trabalho nas últimas décadas reflete o acesso e a distribuição das inovações tecnológicas e científicas:

Há um conjunto de países que constitui o núcleo orgânico das economias capitalistas onde se realizam as atividades *cerebrais* associadas ao fluxo de inovação envolvendo métodos de produção,

novas fontes de suprimento e novas formas de organização. O núcleo periférico e semiperiférico são os que realizam as atividades predominantemente *neuromusculares* coordenadas à pouquíssima inovação em educação, ciência e tecnologia (FRIGOTTO, CIAVATTA & RAMOS apud NEVES, 2008).

A mundialização do capital reflete mudanças qualitativas nas relações de forças políticas entre o capital e o Estado e entre o capital e o trabalho. As tecnologias disponíveis na década de 1970 permitem que sejam implantadas técnicas de produção aplicadas nas fábricas japonesas⁷ a partir das quais se desenvolve o novo paradigma de organização e gestão da produção, a acumulação flexível.

Diante da saturação e dos novos padrões de exigência do mercado, torna-se necessário desenvolver métodos de produção bem diferentes daqueles que predominaram no paradigma fordista das grandes fábricas, tecnologia pesada e de base fixa, decomposição das tarefas e estabilidade empregatícia.

As tecnologias e técnicas do final do século XX aliadas às melhorias dos transportes e das comunicações reduzem a importância da produção de massa e da existência de estoques. A acumulação flexível consiste exatamente na “produção da quantidade certa, com a qualidade certa, no exato momento em que ela é exigida” (HUMPHREY, 1995, p.114), como indicam noções do novo paradigma como *just in time* e qualidade total.

A microeletrônica aliada à informática, a microbiologia e a engenharia genética revolucionaram as forças produtivas através de novos materiais, novos instrumentos e novas fontes de energia que permitiram a substituição da tecnologia rígida de base mecânica por uma tecnologia flexível, capaz de proporcionar a possibilidade de variar a produção de uma hora para outra, programando-a de acordo com a demanda. Desta forma, “a produção se daria baseada em trabalhadores flexíveis que, de posse de ferramentas flexíveis, teriam como resultado de seu trabalho um produto flexível” (SOUZA, SANTANA & DELUIZ, 1999, p.36).

A acumulação flexível promove mudanças não apenas em relação ao conteúdo, à forma e à organização do trabalho, mas também em relação a sua divisão, quantidade e à qualificação dos trabalhadores, introduzindo novas formas de subordinação do trabalho em relação ao capital.

O trabalhador parcelar, desqualificado ou semiqualeficado do paradigma taylorista-fordista é, supostamente, substituído pelo trabalhador polivalente altamente qualificado, responsável por diversos pontos do processo de produção, incorporando ao mesmo tempo tarefas de fabricação, manutenção, controle de qualidade e gestão da produção. As funções relativas à execução, concepção e controle são aproximadas transformando as concepções de educação e qualificação dos trabalhadores. A automação e a informatização das técnicas de produção engendram exigências as quais os processos de educação formal devem adaptar-se a fim de desenvolver nos indivíduos 'competências' compatíveis e adaptáveis de acordo com o contexto da organização produtiva flexível.

A passagem das funções especializadas para as múltiplas tarefas parece atuar mais na direção da alteração do conteúdo do trabalho, sobretudo quando predominam novas técnicas de gestão de produção e organização do trabalho. Por conta disso, tenderia a ocorrer maior envolvimento do trabalhador com as metas e os resultados da empresa, maior interesse na ocupação de postos de trabalho menos monótonos e sem funções repetitivas, bem como daqueles com riscos de acidentes de trabalho não acentuados (POCHMAN, 2001, p.46).

A integração das funções de execução e concepção faz parte das novas estratégias de competitividade e produtividade do padrão de acumulação flexível, que demanda uma nova forma de administração e controle do trabalho aliada ao sistema de regulamentação política e social neoliberal.

Nova administração do trabalho

Redução de níveis hierárquicos, diminuição nas funções de chefia, introdução de sistemas participativos e abertos de decisão, com maior diálogo e treinamento do pessoal de administração e produção (novo estilo gerencial).

Adoção de programas voltados para o envolvimento do trabalhador com os interesses da empresa, por meio de novos instrumentos de participação e controle na tomada de decisão e de maior seletividade na contratação e no uso da mão-de-obra (programas de qualidade).

Tentativas de integração do trabalhador, por meio da motivação pessoal (participação nas tomadas de decisão e maior responsabilidade com os resultados da empresa) e da auto-realização, com atividades fora do contexto de trabalho (esportes, lazer e cultura) que envolvam, sempre que possível, a família (formas de comunicação renovadas).

Redinamização das relações de trabalho, graças a acordo na planta produtiva, com o intento de evidenciar a transparência e a credibilidade dos atores diante da cultura da empresa.

(Ibid., p.47).

O modelo panóptico, característico das fábricas tayloristas e fordistas, destaca-se pela forte hierarquização e pela constante vigilância dos supervisores ao processo de produção.

O princípio essencial do poder panóptico é a crença dos internos de que estão sob observação contínua e de que nenhum afastamento da rotina, por minúsculo e trivial que seja, passará despercebido. Para manter essa crença, os supervisores tinham que passar a maior parte do tempo nos postos de observação [...] O modelo panóptico de poder prendia os subordinados ao lugar, aquele lugar onde podiam ser vigiados e punidos por qualquer quebra de rotina. Mas também prendia os supervisores ao lugar, aquele de onde deviam vigiar e administrar a punição (BAUMAN, 2004, p.35).

Humphrey (1995) destaca que a linha de montagem, mesmo sob a vigilância constante, tende a unir os operários em uma luta contra as condições de trabalho e que a divisão do trabalho e a diferenciação artificial promovida pelos níveis de salário além de serem dispendiosas criam barreiras para o deslocamento de trabalhadores entre funções. A flexibilidade produtiva introduz formas de controle através das quais a vigilância se realiza pela avaliação pessoal, pela pressão de clientes (internos e externos) e pelos sistemas eletrônicos.

A organização dos trabalhadores em equipes ou grupos de trabalho autônomos, bem como a inexistência ou a redução de estoques, proporcionam certa transparência dos processos que facilita verificar e expor rapidamente a fonte dos erros e problemas. A disciplina é mantida pelos próprios trabalhadores frente ao medo do desemprego e por um sistema de punições coletivo, o não cumprimento das metas estabelecidas prejudica o trabalho de outras pessoas ou outras equipes. Dessa forma, os trabalhadores transformam-se em clientes “internos”, controlando e monitorando o desempenho dos demais.

Outro aspecto destacado por Humphrey é o de que para funcionar, a organização flexível requer o engajamento e o consentimento por parte dos trabalhadores: “o sistema requer conformismo e um direcionamento de todos os esforços no sentido do cumprimento das metas empresariais” (1995, p. 125). A promessa de promoção e de recompensas e um sistema de sanções, inclusive a possibilidade de demissão, regem o comportamento dos trabalhadores, assegurando a obediência às regras.

Machado (1989, p.25) demonstra que há uma regulação da cidadania a partir da hierarquização ocupacional no interior da produção, que chega a se constituir em norma legal pela regulamentação (ou desregulamentação) das profissões e das ocupações. A justificção para a desigualdade e para a hierarquização social constituída a partir da ideologia do individualismo remete à responsabilidade de tais processos imanentes ao processo de trabalho especificamente capitalista para o nível de cada indivíduo em particular.

A fragmentação da luta social e o isolamento do trabalhador são personificados pelo processo de trabalho, coibindo qualquer forma de protesto individual ou coletivo. Subjetivamente, a livre concorrência e a ideologia do mérito regulam as relações sociais atuando sob as formas de agir e pensar dos trabalhadores. A visão meritocrática do mundo fundamenta o privilégio social e regula a posição e as condições sociais de cada indivíduo de acordo com seus êxitos individuais. A incapacidade de exibir capacidades valorizadas socialmente é suficiente para a condenação a uma vida de submissão perfeitamente justificável.

Esse quadro de desigualdade rapidamente crescente, numa escala global, reproduz-se dentro de praticamente toda “sociedade nacional”. A distância entre ricos e pobres [...] está aumentando desenfreadamente, e a opinião predominante é de que os ricos se tornarão ainda mais ricos, mas os pobres muito certamente se tornarão mais pobres. É provável que essa opinião seja forjada na extremidade receptora dentro da experiência de se haver cometido um erro, de iniquidade e injustiça. Não resulta, porém, que isso necessariamente detone um desejo de defesa coletiva contra os erros. A difícil situação compartilhada bem se pode interpretar como um conjunto de infortúnios individuais, provocados pela indolência ou inadequação pessoal, e pode alimentar esforços não cumulativos de saída pessoal da miséria, ou sonhos de boa sorte individual (BAUMAN, 1998, p.76).

A ideologia capitalista se articula aos aspectos sociais, transformando-se numa base sólida para interpretação da realidade, incidindo sobre os processos de formação e construção de identidade, nos modos de identificação, nos valores e na consciência moral, nas características intelectuais, na percepção e nos sentidos atribuídos ao passado e ao futuro, nas práticas da vida cotidiana em geral, atuando como uma lógica de conformismo e subordinação, naturalizando o sofrimento humano, o individualismo e a desigualdade.

Frigotto (1997) afirma que o mecanismo mais geral de subordinação dá-se mediante a exclusão social, materializada no desemprego estrutural crescente e no emprego precário. A flexibilização da produção também é seguida de perto pelo aumento da informalidade nos contratos de trabalho e pela destruição de quaisquer vínculos empregatícios.

Os empregos vitalícios capazes de conferir segurança e estabilidade já não existem mais, a informalidade e a precariedade dos postos de trabalho simbolizam a liberdade de escolha extremamente irrestrita ao capital, que tem suas condições de permanência e reprodução cada vez mais independentes da classe trabalhadora, tornando-a – até certo ponto – dispensável⁸. A dominação já não se apóia mais na vigilância constante dos trabalhadores e estabelece-se a partir da capacidade e do poder capitalista em determinar o futuro da sociedade, como as ideologias reproduzidas e repetidas constantemente fazem crer.

A tendência geral da industrialização, em meio às motivações econômicas, foi, desde suas origens, a de substituir o trabalho executado pelo homem pela capacidade das máquinas. Esta tendência, intensificada com a automação e a informatização dos processos de produção, permite o aumento da produtividade através da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. Isto faz com que as grandes empresas de base fixa e rígida do fordismo dêem lugar a empresas de porte menor e produtividade maior ou equivalente, reduzindo, conseqüentemente, o número de trabalhadores. Essas empresas de pequeno porte tendem a se especializar num determinado tipo de produto central de acordo com a competitividade e lucratividade, recorrendo a outras empresas para obter a parcela do trabalho fora do foco principal, o que determina a importância crescente do setor de serviços.

Segundo Hobsbawn (1995), nas décadas de crise que precedem 1973, mesmo as indústrias em expansão começaram a dispensar mão-de-obra:

A tragédia histórica das Décadas de Crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. Além disso, esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, que – direta ou indiretamente – eram os maiores empregadores individuais, e não menos, após 1980, pela então predominante teologia do livre mercado que pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização de lucros, sobretudo para empresas privadas que, por definição, não pensavam em outros interesses que não o seu próprio, pecuniário. Isso significou, entre outras coisas, que governos e outras entidades públicas deixaram de ser o que se chamou de “empregadores de último recurso”. O declínio dos sindicatos, enfraquecidos tanto pela depressão econômica quanto pela hostilidade de governos neoliberais, acelerou esse processo, pois a produção de empregos era uma de suas funções mais estimadas. A economia mundial se expandia, mas o mecanismo econômico pelo qual essa expansão gerava emprego para os homens e mulheres que entravam no mercado de trabalho sem qualificações especiais estava visivelmente desabando (HOBSBAWN, 1995, p.404).

Na análise de Bauman (1998, 2003), o Estado de Bem-Estar tinha como função reabilitar os trabalhadores temporariamente sem emprego por motivos de saúde, enfermidade ou dificuldades econômicas correntes para reassumir o emprego quando aptos. Os desempregados eram o ‘exército de reserva de mão-de-obra’, o Estado tinha

a tarefa de 'arcar com os custos marginais da corrida do capital pelo lucro', tornando a força de trabalho deixada para trás novamente empregável, um esforço que o próprio capital não empreenderia.

Porém, as tendências de modernização e flexibilização dos processos produtivos, o progresso tecnológico e o desenvolvimento econômico das últimas décadas do século XX e deste início de século são avaliados pela redução do quadro de funcionários e não pela criação de empregos.

Dessa forma, os sem emprego deixaram de ser o exército de reserva de mão-de-obra, as melhorias econômicas já não têm relação com o fim do desemprego, pelo contrário: modernizar ou racionalizar a economia e as formas de administração da produção significa tornar o trabalho flexível, desfazer-se da mão-de-obra e abandonar linhas e locais de produção de uma hora para outra, sempre que possibilidades comerciais mais lucrativas, ou mão-de-obra mais submissa e menos dispendiosa, acenem ao longe.

Os pobres de hoje não são mais as "pessoas exploradas" que produzem o produto excedente a ser, posteriormente, transformado em capital; nem são eles o exército de reserva de mão-de-obra, que se espera seja reintegrado naquele processo de produção do capital na próxima melhoria econômica. Economicamente falando (e hoje governos politicamente eleitos falam na linguagem da economia) eles são verdadeiramente redundantes, inúteis, disponíveis, e não existe nenhuma "razão nacional" para sua presença contínua... A única resposta nacional a essa presença é o esforço sistemático para excluí-los da sociedade "normal" – ou seja, a sociedade que se reproduz por meio da oferta ao consumidor e escolha do consumidor, mediado pela atração e pela sedução (BAUMAN, 1998, p.77).

Em meio à incerteza e à insegurança, a disciplina (ou antes, a submissão à condição de que não há alternativa) anda e se reproduz por conta própria, o trabalho não precisa ser supervisionado e vigiado de perto, isso porque na sua própria estrutura e organização assume e personifica os objetivos de valorização do capital sem precisar de mediações.

O capital encontrou formas de subsumir o trabalhador sem recorrer aos custos gerados pelo panóptico. A revolução digital-molecular forneceu uma base ainda mais sólida para subsunção real do trabalhador e do processo de trabalho, através de sistemas eletrônicos de difusão e processamento da informação. A subjetividade do trabalhador é controlada pelo poder do capital sobre as necessidades básicas da vida humana (biológicas e históricas) e pela capacidade que a dimensão desse poder proporciona na reprodução e na disseminação de um aparato ideológico que justifica e explica a estrutura econômico-social capitalista como sendo a melhor ou à única forma possível de organização social.

O padrão de regulação fordista-keynesiano e a “promessa da escola como entidade integradora”

Contrariando as teorias liberais que compreendiam as crises econômicas como períodos de ajuste do mercado auto-regulável, no século XX, o modo de produção capitalista passou por crises cada vez mais profundas e extensas, abandonando temporariamente o projeto capitalista liberal e aceitando abertamente o intervencionismo estatal como solução para as dificuldades.

O modelo de produção fordista, nos anos iniciais do século XX, corresponde a um sistema de reprodução da força de trabalho cuja idéia central é a manutenção da estabilidade social do capitalismo pela integração entre a produção de massa e o consumo de massa, transformando os trabalhadores em clientes através da construção da sociedade salarial, que emerge a concepção do trabalho enquanto direito de todos.

Diante da ameaça do socialismo como alternativa sistêmica e após o esforço empreendido conjuntamente pelo mundo capitalista e socialista para derrotar o nazismo e o fascismo, “os contingentes de proletários, pobres, desempregados, não integrados, passaram a ser encarados como um problema social, uma gangrena e ameaça à estabilidade social”. O capital irá, então, atender parcial e provisoriamente os apelos das nações subdesenvolvidas e as reivindicações dos trabalhadores, criando organismos para a regulação do mercado nacional e internacional (ONU, UNESCO, BID, FMI, OIT, OTAN, etc.) e implementando um “enorme esforço de construção de

políticas de pleno emprego e de direitos sociais na perspectiva de uma sociedade capitalista integradora” (FRIGOTTO, 1999).

No paradigma taylorista-fordista de produção, a decomposição do trabalho atinge o seu auge e a preparação do trabalhador volta-se para processos de qualificação organizados a partir das necessidades da reprodução ampliada das relações capitalistas, esse período é marcado pelo aprofundamento das ações técnico-políticas de formação e adaptação ao desenvolvimento do industrialismo.

Durante o período entre-guerras a classe trabalhadora apresentou fortes resistências à implantação da linha de montagem e das técnicas tayloristas nas indústrias do mundo capitalista⁹. Primeiramente porque as relações de classe naquele momento histórico não favoreciam a aceitação pacífica de longas jornadas de trabalho rotinizado e das novas políticas de gerência e controle compatíveis com a base técnica taylorista-fordista, na qual o controle do trabalhador sobre a concepção e execução do trabalho tornava-se quase inexistente. Em segundo lugar, porque os mecanismos de intervenção estatal, sob os moldes do liberalismo econômico, não possibilitavam a regulamentação do mercado e das relações sociais imprescindíveis à produção fordista (HARVEY, 2001).

No começo do século XX, Gramsci analisava o esforço da burguesia norte-americana para a racionalização e o controle do processo de trabalho – repressão dos instintos para a criação de um novo tipo de homem, pela “adaptação psicofísica para determinadas condições de trabalho” urbano-industriais, para “desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atividades maquinais e automáticas”, além de criar uma nova cultura que garantisse tanto a reprodução da força de trabalho quanto a utilização dos salários no consumo dos bens produzidos (SILVA, NEVES, PARANHOS, 2007, p.5).

Conforme Neves e Sant’anna (2005), há uma redefinição do papel do Estado como estratégia de legitimação social da hegemonia burguesa, com sentido de produzir através de uma pedagogia da hegemonia uma educação para o consenso em torno dos interesses do grande capital. Os pressupostos da produção de massa são, dessa forma, atrelados às ações governamentais.

O Estado assume a função de adaptar o conjunto da sociedade a uma forma particular de civilização, de cultura e de moralidade, por meio de ações educativas que se desenvolvem na sociedade civil, nos aparelhos de hegemonia política e cultural das classes dominantes, dentre os quais, para Gramsci, a escola é o mais importante. Nesse sentido, a escola volta-se para a formação do que Gramsci denomina intelectual urbano de novo tipo, cujas características principais envolvem a 'capacitação técnica' e 'capacitação dirigente'.

Enquanto nas sociedades urbano-industriais esses aparelhos em seu conjunto contribuem para a formação do homem coletivo, a escola, mais especificamente, responsabiliza-se pela formação de intelectuais de diferentes níveis, tanto em sentido amplo, como em sentido estrito. Em sentido amplo, todos os homens são intelectuais. Todos têm uma concepção de mundo, integram organismos sociais, trabalham, realizam uma atividade criadora qualquer, deliberam sobre os rumos de sua vida, em graus distintos de organicidade do pensamento, que vão desde uma visão fragmentária a uma visão mais unitária de mundo. A escola, especialmente nas sociedades urbano-industriais, teria como objetivo, portanto, elevar o grau de consciência individual atingido pela humanidade. É intrínseca a toda atividade intelectual nas sociedades urbano-industriais uma certa capacidade técnica e dirigente, organizadora e a escola é o espaço social de formação desse novo tipo de humanidade. A escola forma também aqueles que vão exercer, na sociedade, específica e diretamente, a função de intelectuais, ou seja, os intelectuais orgânicos em sentido estrito (NEVES & SANT'ANNA, 2005, p.27).

O Estado de Bem-Estar Social desenvolve atividades coercitivas e estratégias educadoras no sentido de assegurar os direitos dos trabalhadores, com objetivo declarado de reduzir as desigualdades no acesso à riqueza e ao poder nas sociedades capitalistas. Quando na prática a intervenção social e econômica do Estado tinha como finalidade aplacar os protestos das classes trabalhadoras e evitar a sua adesão ao socialismo como alternativa à exploração capitalista.

A pedagogia da hegemonia no período que corresponde ao fordismo e ao americanismo promoveu a ampliação da participação política e da cidadania, restringindo, em contrapartida, a consciência e a organização da classe trabalhadora aos limites impostos pelo capital. Os espaços de luta ficam restritos à reivindicação de

direitos sociais e políticos dentro da lógica de mercado, os movimentos revolucionários transformam-se em social-democratas, não vislumbrando qualquer alteração da estrutura econômico-social capitalista.

Guiada por pressupostos teóricos keynesianos, a pedagogia da hegemonia se desenvolve no sentido de ampliar os direitos sociais por trabalho, moradia, alimentação, saúde, educação, transportes das massas trabalhadoras, com políticas sociais diretamente executadas pelo aparato governamental, tendo por intuito obter o decisivo consenso da maioria da população ao projeto burguês de sociabilidade e aumentar, concomitantemente, a produtividade da força de trabalho. Tais políticas governamentais constituíram-se ainda em importante veículo de redefinição dos graus ou momentos da correlação das forças políticas nas formações sociais contemporâneas, no sentido de evitar que a classe trabalhadora ultrapassasse o nível econômico-corporativo de organização das suas lutas sociais (Ibid., p.29).

No momento de recomposição econômica do capitalismo, as conquistas sociais e trabalhistas, fruto da luta e da resistência dos movimentos sociais, convertem-se em mecanismos de contenção social utilizados pelo próprio capital.

A constituição de uma sociedade que integra os trabalhadores, como estratégia até de controlá-los, mas também como resultado das lutas dos trabalhadores organizados em sindicatos e partidos, implicou a desmercantilização da reprodução da força-de-trabalho e a constituição de uma esfera pública burguesa. Com efeito, mesmo com profundas desigualdades e níveis diversos entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, a educação, a saúde, o transporte, o lazer e cultura, a previdência social e o salário desemprego (em algumas poucas nações) passaram a se constituir em direitos sociais dos trabalhadores. Mediante as lutas dos próprios trabalhadores, o direito ao trabalho e à estabilidade no mesmo também foram se ampliando (FRIGOTTO, 1999).

Nesse contexto é que são produzidas as teorias de modernização e desenvolvimento, no cerne dos mecanismos de recomposição da economia capitalista, quando uma nova configuração hegemônica se desenvolve, estabelecendo o crescimento econômico como única meta e justificando a desigualdade entre as nações.

Sob o aparente rigor científico, a teoria econômica neoclássica - que remonta os princípios do liberalismo individual - busca estabelecer uma 'fórmula' para o desenvolvimento do capitalismo fundamentalmente nos países periféricos. Essas teorias, que têm à frente os Estados Unidos, apresentam-se como soluções milagrosas em todos os tipos de sociedade sem, no entanto, levar em consideração especificidades históricas, naturais, humanas e culturais.

Não obstante, a matematização da linguagem, as estatísticas e a racionalidade empiricamente comprovada, como critérios de pretensa neutralidade e objetividade, servem para a esconder a circularidade e o caráter de classe destas teorias.

O caráter ideológico destas teorias manifesta-se como fundamento do discurso que justifica a submissão incondicional das nações a interesses a elas alheios e converte-se em instrumento de convencimento da população de que a política econômica capitalista e as políticas sociais de compensação resultarão em melhores condições de vida para todos.

O conceito de capital humano surge a partir das teorias desenvolvimentistas para designar os investimentos nos indivíduos e "complementar os fatores explicativos do desenvolvimento econômico na concepção neoclássica, explicar a alta de salários do fator trabalho nos países mais desenvolvidos e explicar a nível individual, os diferenciais de renda" (FRIGOTTO, 2006, p.40).

O conceito de capital humano – ou, mais extensivamente de recursos humanos – busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no "fator humano" passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda, e, conseqüentemente, de mobilidade social (Ibid., p. 41).

Na década de 1960, os vínculos entre trabalho e educação são sistematicamente elaborados, afirmando a noção de capital humano como especificidade no campo educacional a partir do surgimento da disciplina Economia da Educação, nos Estados Unidos. Theodore W. Schultz é considerado o principal formulador dessa disciplina e da

idéia de capital humano. Tomando o investimento em instrução como qualquer outro investimento em bens. O fator H (capital humano), introduzido da equação neoclássica, passará a explicar os diferenciais de desenvolvimento dos países e dos indivíduos, transformando o investimento em educação na chave para a ascensão social.

Voltada para as práticas e concepções educacionais, a idéia de capital humano gerou uma visão tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou por mistificar seus reais objetivos. Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a idéia de que ao educar-se, o indivíduo estaria “valorizando” a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital.

O capital humano, portanto, deslocou para o âmbito individual os problemas da inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da educação um ‘valor econômico’, numa equação que iguala capital e trabalho como se fossem ambos igualmente meros ‘fatores de produção’. E cada indivíduo é produtor de suas próprias capacidades de trabalho adquiridas a partir do investimento em capital humano que ele mesmo ou o Estado devem empreender.

Estes investimentos compreendem uma função de saúde, conhecimentos, treinamento, comportamentos, hábitos, disciplina, etc., aspectos que, segundo os pressupostos da teoria econômica neoclássica, potencializariam o trabalho e permitiriam a ampliação da produtividade. Nessa perspectiva, quanto maior o investimento econômico efetuado em educação, maior será a produtividade do trabalhador, que estará apto a ocupar melhores colocações na escala salarial.

As exigências educacionais impostas pelas inovações tecnológicas, mediadas pelo poder dos capitalistas e pelas necessidades de ampliação da produtividade, são elevadas ao plano da consciência individual a partir de um método de análise da realidade que produz a idéia de que os interesses da classe proprietária e os interesses da classe trabalhadora caminham juntos. A produção e a difusão de conceitos, teorias e conhecimentos desse tipo não resultam, portanto, de um processo conspiratório ou de qualquer atitude premeditada da burguesia, essa visão de mundo decorre de relações

sociais historicamente circunstanciadas e da forma como a burguesia enxerga a realidade, no interior da sociedade de classes.

Ao analisar o processo de produção e suas determinações, os economistas e intelectuais burgueses, assim como os trabalhadores, ficam presos às mistificações capitalistas, limitando a investigação à aparência objetiva das determinações sociais. Ambas as classes percebem apenas as relações imediatas, o caráter fetichista da mercadoria¹⁰ afirma-se através das relações reificadas e obscurece as relações entre os homens. Assim como expressa Engels (2004), ao referir-se à economia política, a visão de mundo restringe-se às relações imediatas entre os fatos dados sem que a natureza dos fenômenos seja evidenciada. A motivação e compulsão puramente econômicas estabelecem-se como mediação da relação do homem com a natureza e com os outros homens.

A produção de conhecimento é fundada pela necessidade, e no interior das sociedades de classes servem ao propósito de uma classe. O saber converte-se em objeto de disputa. A percepção das relações reais é obscurecida pelo caráter enigmático atribuído aos produtos da atividade humana, que adquirem poder sobre seus criadores. Desta maneira, as abordagens assumem um caráter fragmentário, circular, pragmático e funcionalista que decorre da própria fragilidade da realidade concreta que alimenta e afirma as formas de pensar.

O reordenamento do trabalho e da educação no contexto da atual divisão mundial do trabalho.

Nas últimas décadas do século XX, o mundo capitalista viu-se novamente diante dos problemas que o atormentavam no período entre guerras: desemprego em massa, pobreza, depressões cíclicas severas e a contraposição cada vez maior entre miséria e desperdício. O modelo de regulação e intervenção estatal, que assinalou um período de mais ou menos trinta anos de crescimento elevado e ininterrupto, tornou-se insustentável, não mais se adequando a um regime de acumulação que funcionava sob volatilidade da valorização do capital financeiro e especulativo e sob a integração cada vez maior das economias nacionais.

A expansão do capital orientada pelos processos de acumulação, centralização e concentração levará a uma pressão crescente pela liberalização dos mercados financeiros e pela desregulamentação dos mercados de capitais, resultando numa nova conjuntura com transformações profundas nas economias, nas empresas, nos Estados, mas também no mundo do trabalho e no cotidiano das pessoas. Transformações que assinalam a vulnerabilidade do capitalismo e a necessidade de novas definições e novos arranjos diante das contradições oriundas do crescimento da estrutura orgânica capitalista.

Durante a década de 1970, o colapso do capitalismo é deflagrado mediante as duas crises do petróleo (em 1973 e 1979), as crises dos Estados centrais e o retorno dos processos inflacionários. No entanto, assim como apontam Mézaros (2004) e Santos (2004), estes problemas não evidenciam apenas mais uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, trata-se de uma crise estrutural profunda do próprio sistema do capital, que se radica no seu próprio movimento de autovalorização, no choque entre as próprias variáveis construtoras do sistema.

Pela tentativa contínua de subordinação do trabalho, o modo de produção capitalista, estruturalmente antagônico, com objetivo de assegurar a continuidade do processo de acumulação, prescinde as 'restrições racionais', que apesar de contrariarem a sua "lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional" haviam permitido a reconstrução econômica após a Segunda Guerra. Resumidamente, as determinações que levaram ao colapso do keynesianismo têm sua gênese na essência "irreformável", "incorrigível" e "incontrolável" do capitalismo (MÉSZÁROS, 2004 e 2005).

Para Santos (2004), vivemos num "período que é uma crise". No entanto, o que o diferencia das crises cíclicas 'comuns' na história do capitalismo até recentemente, é o fato de que:

os dados motores e os respectivos suportes, que constituem fatores de mudança, não se instalam gradativamente como antes, nem tampouco são o privilégio de alguns continentes e países, como outrora. Tais fatores dão-se concomitantemente e se realizam com muita força por toda parte (Ibid., p.34).

O processo de globalização ou mundialização do capital decorre de um conjunto de ações que proporcionam a emergência de um mercado dito global em que os produtos, o dinheiro, o consumo, o conhecimento, a informação, a ciência encontram-se supostamente a serviço da humanidade e proporcionam a existência de um mundo mais homogêneo.

Os efeitos da globalização, embora sejam sentidos mediata ou imediatamente por toda parte, estão longe de promover uma repartição equânime dos bens e do conhecimento produzidos socialmente. Ao contrário das apregoadas benesses do processo de globalização da economia, o que vemos é uma 'vingança' do capital contra o mundo do trabalho expressa nas teses e práticas neoliberais que, apesar de defenderem o não intervencionismo do estado na economia, tentam na verdade "*a manutenção do fundo público como pressuposto apenas do capital*" (OLIVEIRA, 1988, p.25 apud NEVES, 2008, p. 97).

Segundo Frigotto:

Os anos de ouro do capitalismo, paradoxalmente, se deram, pela capacidade de enquadrar, conter e disciplinar a lógica destrutiva do mercado auto-regulado e do capital mediante a construção de uma esfera pública capitalista. A globalização dos mercados, de forma assimétrica, e do capital especulativo financeiro, que instauram uma verdadeira desordem mundial, é o epílogo de um processo de resistência do capital à sua regulamentação. Já nos anos 40-50 o capital burla as fronteiras dos Estados-Nação mediante a instalação das multinacionais. Trata-se de empresas filiais das matrizes dos centros hegemônicos do capital que se ramificam no mundo buscando mercados onde a exploração da força-de-trabalho e da própria matéria-prima lhes são vantajosas. Em seguida, anos 60/80, aprofunda-se a liberdade do capital mediante as transnacionais. Trata-se de empresas que transitam acima do controle efetivo das nações e criam seu próprio espaço de poder. A globalização ou mundialização do capital, primordialmente do capital financeiro e especulativo, completa o circuito da perda do poder de as sociedades nacionais controlarem o poder anárquico do capital (FRIGOTTO, 1999).

Com o colapso do modelo de regulação fordista-keynesiano, o capitalismo mundial é reconfigurado. A mundialização do capital realiza-se por meio de dois processos indissociáveis. O primeiro corresponde às transformações das condições materiais – a produção, os transportes, a comunicação – que viabiliza a emergência da

acumulação flexível e da consolidação de uma economia única. O segundo diz respeito às mudanças nas relações de poder entre países, classes e frações de classes, que alteram as relações entre capital, trabalho e Estado, consolidando uma nova política subordinada ao mercado e aos interesses do grande capital.

A partir da década de 1970, a perspectiva integradora do Estado de Bem-Estar e das políticas voltadas para o pleno emprego é deixada de lado em nome do retorno ao liberalismo econômico-social, como se o mercado, como único instrumento de regulação da sociedade, fosse algo que mesmo dando certo no passado havia sido desviado pelo intervencionismo.

Como alternativa teórica, econômica, ideológica, ético-política e educadora (FRIGOTTO, 1997), o neoliberalismo constitui um discurso congruente com a etapa capitalista iniciada em 1970, já que defende e justifica as práticas adequadas a esse novo momento. Trata-se de uma política-econômica cujo principal objetivo é impor o pleno controle do capital sobre o trabalho. Entretanto, esse objetivo é ideologicamente dissimulado pelo discurso do livre mercado e pelas teorias fragmentárias e individualistas que objetivam demonstrar que a crise estrutural do capitalismo é passageira e conjuntural.

A ampla rede de segurança consolidada nos países do capitalismo avançado que garantia relativamente o pleno emprego e as condições de habitação, saúde, os direitos trabalhistas, políticas consideradas essenciais para a vitalidade do mercado, perdem espaço para um novo tipo de sociabilidade, no qual a correlação das forças sociais é claramente favorável ao capital. Os países do capital periférico abandonam os projetos nacional-desenvolvimentistas (direcionados para o consenso em torno da garantia dos direitos), assumindo a agenda neoliberal pela adoção das orientações do Consenso de Washington¹¹, a partir da década de 1990, inserindo-se na economia mundial de forma subordinada e associada ao núcleo central do capitalismo.

A nova divisão internacional do trabalho proporcionada pela expansão das multi e transnacionais caracteriza-se pela possibilidade de transferência de parte do processo de produção para outros países. De acordo com as oportunidades de

competitividade e lucratividade, os custos da produção e da mão-de-obra, a flexibilidade dos salários e dos contratos de trabalho, o grau de submissão dos indivíduos e dos governos – aspectos que dependem do processo histórico e das correlações de força específicas de cada sociedade – as empresas tendem a concentrar nos países pobres os empregos simples e mal-remunerados, enquanto as funções de comando e planejamento, que lidam diretamente com pesquisa e produção de tecnologia, permanecem alocadas nos países de origem, nos países do capitalismo avançado.

O pacote de medidas neoliberal, cujas premissas consistem na revisão do papel do Estado, abertura da economia e na flexibilização da força de trabalho, gera contradições entre as classes que obrigam o capital a redefinir suas estratégias hegemônicas. Inserindo-se no quadro de mundialização do capital, o neoliberalismo apresenta manifestações globais e particulares nos diferentes países.

A complexificação dos postos de trabalho, aumento dos requisitos profissionais para contratação, desvalorização econômica do trabalhador, desemprego e emprego precário, aumento do setor de serviços, redução das ocupações industriais, etc., tendências gerais da economia, distribuem-se de forma heterogênea no cenário mundial.

Diante dos processos de desregulamentação e flexibilização, o compromisso entre capital e trabalho levado a efeito pelas lutas da classe trabalhadora é derrubado, permitindo que o capital subsuma o trabalho sem qualquer acordo com os ‘proprietários da capacidade de trabalho’. Quando encontra resistência dos trabalhadores, excessivas regulamentações ou qualquer restrição que possa onerar os custos da produção e alterar as taxas de lucro, as empresas deslocam a produção para outras localidades onde a classe trabalhadora possa sujeitar-se a salários mais baixos, direitos reduzidos ou nenhum direito e a maior intensidade do trabalho sem protestos.

A forma que assume a globalização neste fim-de-século tem uma especificidade que é, em sua essência, o desbloqueio dos limites sociais impostos ao capital pelas políticas do Estado de bem-estar social. É, também, nesse sentido, uma revanche contra as conquistas sociais da classe trabalhadora. O ideário da globalização, em sua aparente neutralidade, cumpre um papel ideológico de encobrir os processos de

dominação e de desregulamentação do capital e, como conseqüência, a extraordinária ampliação do desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social (FRIGOTTO, 1999).

Em face à mudança da materialidade e das contradições da sociedade, uma suposta mudança paradigmática atribuí ao conhecimento uma nova centralidade nas relações sociais. Em meio à desintegração dos mercados de trabalho e à crescente redução do emprego decorrente da adoção de sistemas flexíveis e automatizados, incorporam-se ao senso comum conceitos e teorias que visam convencer as populações pobres da inexistência de qualquer alternativa e da necessidade de adaptação às constantes mudanças na base técnica e organizacional do trabalho, consolidando a educação, a qualificação e o treinamento como critérios de classificação dos postos de trabalho.

Contudo, estes elementos são redefinidos sob categorias como empregabilidade, competências, empreendedorismo, autonomia, participação, qualidade total, flexibilidade, etc., jargões empresariais que tem como finalidade traduzir o impacto da nova base técnica flexível sobre a formação da mão-de-obra.

A desestruturação dos mercados de trabalho e o novo padrão de sociabilidade neoliberal (em que não há sociedade e sim indivíduos) fazem com que o investimento econômico em educação como meio de obter retornos ou uma posição mais elevada na escala salarial torne-se frágil. Na esfera macroeconômica, a opção pela cópia de tecnologia e a concentração das tarefas simples e desqualificadas nos países subdesenvolvidos, fazem com que o investimento em capital humano como receita para alcançar o *status* de nação desenvolvida perca o sentido.

Dessa maneira, perde o sentido preparar pessoas para um mercado de trabalho em constante decadência. A tônica do ideário educacional da sociedade do conhecimento consiste na necessidade de preparar indivíduos para a vida, através do desenvolvimento de competências flexíveis e multi-adaptáveis, que proporcionem a sua adequação às constantes transformações e incertezas do mundo contemporâneo. “Um possível projeto de futuro não teria relação nenhuma com um projeto de nação ou de sociedade – categorias consideradas obsoletas em face da globalização e do

neoliberalismo – mas seria, fundamentalmente, um projeto individual” (RAMOS, 2004, p.2).

Procura-se, assim, naturalizar o desemprego, a exclusão e o sofrimento humano através da negação das crises e contradições do capitalismo. A nova retórica que envolve a suposta valorização do trabalhador, a emancipação humana e da elevada capacidade de abstração tem como prerrogativa o fato de que existem empregos, porém a ineficiência e a incompetência dos indivíduos em se tornarem empregáveis é que deflagra o desemprego e a necessidade de aceitação de empregos precários. Desta forma, supõe-se que o problema do desemprego seria solucionado pela elevação da escolaridade e pelo desenvolvimento completo dos mecanismos de mercado.

Trata-se de um discurso que busca, simultaneamente, adequar a classe trabalhadora aos novos padrões de produção e estabelecer o consenso para a manutenção da estrutura social vigente.

A linearidade e a relação mecânica entre a demanda por qualificação e as inovações tecnológicas flexíveis, que embasam o discurso ideológico burguês, caem por terra quando examinamos com cuidado as determinações do padrão de acumulação flexível e da formação de cidadãos empreendedores, participativos, autônomos, dotados de habilidades técnico-profissionais e comportamentais.

Faz-se necessário refletirmos brevemente a respeito das mudanças no mundo do trabalho diante do aprofundamento da liberalização comercial, da desregulamentação financeira, da destruição dos direitos e da proteção do trabalho, da reformulação do Estado, das contínuas inovações tecnológicas e organizacionais da produção.

Destacaremos a seguir elementos empíricos que nos ajudarão a desmistificar o pressuposto da existência de uma correlação simples, direta e automática entre o aumento dos sistemas educacionais e a estrutura qualificacional dos empregos existentes. Nosso objetivo é afastar a concepção utilitária e pragmática do

conhecimento, da educação, da qualificação e da suposição de que é possível superar a crise estrutural do capital através de soluções não estruturais.

A educação em função da incerteza de um futuro emprego

A ruptura das formas tradicionais e rígidas de organização da produção e a crise acirrada da competitividade intercapitalista levam as grandes empresas a buscarem novos princípios de eficiência. A adoção de novas estratégias de competitividade e produtividade, alicerçadas em um novo padrão tecnológico, representam uma profunda mudança de conduta das empresas.

Os novos conhecimentos científicos e tecnológicos alteram a composição dos postos de trabalho, modificando o perfil de qualificação dos trabalhadores em virtude da reformulação dos requisitos profissionais para as ocupações superiores do processo de produção.

A expansão do ideário neoliberal e a reestruturação produtiva reordenam as concepções e práticas em torno da educação e da qualificação profissional com o objetivo de formar um novo tipo de trabalhador polivalente, flexível, participativo, pró-ativo, empreendedor, com alta capacidade de abstração, adaptação e decisão. O 'profissional do século XXI' deve exercer múltiplas tarefas em sistemas amplamente integrados e flexíveis. Combinando atividades de execução e controle, deve ser capaz de analisar os problemas e imprevistos e gerar soluções rápidas e criativas, reduzindo ou eliminando custos.

O trabalhador deve ser funcional à estratégia de pleno controle do capital, sendo ao mesmo tempo empreendedor e resignado aos interesses capitalistas, nas palavras de Antunes (2000), torna-se "um déspota de si próprio".

Ele é instigado a se auto-recriminar e se punir, se a sua produção não atingir a "qualidade total" (essa falácia mistificadora do capital). [...] Tal como a lógica deste ideário é concebida, as resistências, as rebeldias, as recusas, são completamente repudiadas, como atitudes contrárias "ao bom desempenho da empresa". [...] caracterizo este procedimento

como o de um envolvimento manipulado. Trata-se de um momento efetivo do estranhamento do trabalho ou, se preferirem da alienação do trabalho que é, entretanto, levada ao limite, interiorizada na “alma do trabalhador”, onde este só deve pensar na produtividade, na competitividade, como melhorar a produção da empresa, da “sua outra família” (Ibid., p.102).

Por trás da valorização do trabalhador, da capacidade reflexiva, da autonomia e da abstração, esconde-se a ‘desumanização do trabalho’ e do trabalhador, cada vez mais descartável e substituível, mediante o aumento do desemprego estrutural e do exército reserva de mão-de-obra. A competitividade pelos postos de trabalho torna-se cada vez mais acirrada e funciona como instrumento de coerção da classe trabalhadora.

O crescente envolvimento dos trabalhadores nas atividades múltiplas permite ao capital apropriar-se do pensamento e do conhecimento produzidos durante o exercício do trabalho, numa dimensão muito mais profunda. A integração entre concepção e execução permite que o próprio trabalhador desenvolva mecanismos de otimização do tempo, do espaço, da energia, da matéria-prima, da força de trabalho, que a hierarquia rígida e a fragmentação da fase taylorista-fordista não possibilitaria.

O capital deixa, durante um período da semana (em geral uma ou duas horas), os trabalhadores aparentemente “sem trabalhar”, discutindo nos “Círculos de Controle de Qualidade”. Porque são nestes momentos que as idéias de quem realiza a produção florescem – indo além dos padrões dados pela Gerencia Científica – e o capital toyotizado sabe se apropriar intensamente dessa dimensão intelectual do trabalho que emerge no chão da fábrica e que o taylorismo/fordismo desprezava (ANTUNES, 2000, p.103).

A redução dos níveis hierárquicos da produção e a diminuição dos postos de chefia, supervisão e gerência são o resultado das novas estratégias que o capital encontra para gerir e subalternizar o trabalho, substituindo o controle direto por “regras de cooptação (metas de produção) e de controle indireto (fiscalização pela qualidade total, zero defeito, células de produção e ISO)” (POCHMANN, 2001, p.46).

As ações voltadas para a desverticalização da produção e para o envolvimento dos trabalhadores com as metas empresariais direcionam-se para a motivação pessoal

e para a auto-realização articuladas à responsabilidade social de indivíduos, grupos ou comunidades por sua condição. As estratégias de envolvimento têm como objetivo criar a ilusão de que há uma relação mecânica entre escolhas e ações individuais, e que estas implicam diretamente na situação particular e no contexto mais próximo, disfarçando a estrutura de diferenciação capitalista e exploração capitalista.

De um modo geral, podemos dizer que os conceitos e noções relacionados aos processos de produção, à organização do trabalho e à qualificação profissional compreendem fundamentalmente uma articulação entre elementos básicos do capital humano e do capital social.

Permanece a concepção de igualdade abstrata entre proprietários de meios de produção e possuidores de capital humano, a partir da qual comportamentos, conhecimentos e capacidades técnicas adquiridas pelos indivíduos potencializam o trabalho, gerando lucro e riqueza. No entanto, a dimensão integradora da teoria do capital humano dos anos 1960, na qual a qualificação era o critério central de classificação dos empregos, perde força, diante da tendência de eliminação dos postos de trabalho e da redefinição das profissões existentes em função do progresso técnico contínuo e das incertezas do capital financeiro globalizado.

Este reordenamento [das profissões] levanta dúvidas sobre a capacidade de sobrevivência de profissões bem delimitadas, ao mesmo tempo em que fica diminuída a expectativa de construção de uma biografia profissional linear, do ponto de vista do conteúdo, e ascendente, do ponto de vista da renda e da mobilidade social (RAMOS, 2006a, p.184).

Os pressupostos da teoria econômica neoclássica são redefinidos a partir do contexto da mundialização do capital, do neoliberalismo e do padrão de acumulação flexível, mantendo como idéia-chave do ideário educacional a associação direta entre escolarização (confundida com qualificação), produtividade, eficiência, desenvolvimento e riqueza.

Uma das transformações conjunturais que inviabiliza a permanência do capital humano como ideologia dominante no cenário educacional é a mudança de percepção em torno dos problemas produzidos pelo processo econômico. As soluções para as

desigualdades e contradições inerentes ao capitalismo, na sociedade salarial eram tidas como responsabilidade do Estado. A partir da regressão neoliberal, no entanto, a pobreza, a desigualdade e o desemprego passam a ser entendidos como resultado da incapacidade individual ou como fenômenos naturais, aos quais os indivíduos devem adaptar-se.

Torna-se necessário, nesta perspectiva, um discurso que tenha o indivíduo como categoria central, distanciando-se da dependência criada pelo Estado de Bem-Estar e afirmando o modelo de Estado neoliberal, em que os indivíduos assumem a responsabilidade por suas escolhas e pelo seu futuro.

Agrega-se ao capital humano, componentes do chamado capital social¹², empregado para designar o desenvolvimento do espírito empreendedor, da autoconfiança e da capacidade das pessoas em administrar os riscos e as incertezas do mundo contemporâneo.

O desenvolvimento do 'capital social' de diferentes grupos seria capaz de reverter a situação de pobreza das comunidades e gerar atitudes não-passivas diante do aparelho de Estado. Trata-se de uma concepção cunhada no modelo de Estado neoliberal e que tem por objetivo educar as frações da classe trabalhadora para uma nova realidade em que as políticas sociais universais não responderiam positivamente às necessidades e capacidades das pessoas (LIMA & MARTINS, 2005, p.71).

A articulação entre capital humano e capital social visa a difusão de hábitos e comportamentos que tornem os indivíduos aptos a novas aprendizagens durante toda a sua vida, tendo como base o desenvolvimento de características psicossociais que promovam a adequação e a participação subordinada. Sob a suposta defesa da valorização e da emancipação do trabalhador esconde-se o esvaziamento de um movimento responsabilidade coletiva, em virtude da exaltação do individualismo como valor moral radical.

Nessa linha, surgem os jargões e conceitos que buscam estabelecer as novas exigências do perfil humano demandadas pelo mercado de trabalho no atual estágio do capitalismo. A 'pedagogia das competências' e o conceito de empregabilidade

constituem os conceitos chaves do ideário que norteia a organização dos sistemas educacionais, a formação profissional e a organização dos postos de trabalho nos tempos de neoliberalismo.

A noção de competências disputa espaço com o conceito de qualificação na organização das relações produtivas e educacionais, representando “uma *nova* mediação” ou “uma mediação *renovada* pela acumulação flexível do capital” (RAMOS, 2006, p.24).

Segundo Ramos (Ibid.), à medida que a qualificação como conceito ordenador das relações de trabalho (da organização dos empregos das carreiras e remunerações) vem se desgastando, a noção de competências a desloca num movimento simultâneo de negação e afirmação de suas dimensões. Pelo fato do conceito de qualificação resistir à completa negação, a autora conclui que a noção de competência não o supera ou substitui, mas o ‘desloca dialeticamente para um plano secundário’.

O ponto de partida para se compreender o fundamento do que denominamos *deslocamento conceitual* é tomar a qualificação como um conceito central na relação trabalho-educação. Mesmo podendo-se caracterizá-lo como um conceito polissêmico, cujos significados encontram-se historicamente em disputa, o conceito de qualificação, no que apresenta de mais objetivo, ordenou historicamente as relações sociais de trabalho e educativas, frente à materialidade do mundo produtivo. Essa centralidade tende a ser ocupada contemporaneamente, não mais pelo conceito de qualificação, mas pela noção de competência que, aos poucos constitui-se como um conceito socialmente concreto (Ibid., p.40).

Há um amplo debate em torno do conceito de competência, tanto como ordenadora das relações de trabalho quanto das relações educativas. Uma das definições comumente usadas fixa a competência como o conjunto de conhecimentos, qualidades, capacidades e aptidões que habilitam o sujeito para a discussão, a consulta, a decisão de tudo que concerne a um ofício (Id., 2006a).

Com destaque para os atributos individuais do trabalhador, as competências buscam liberar a classificação e a progressão dos indivíduos da classificação dos empregos centrada no domínio de uma profissão. As aquisições cognitivas e sociais, habilidades, valores e traços de personalidade dos indivíduos adquiridas a partir dos

processos educacionais formais e das suas experiências anteriores (empregos, estágios, atividades lúdicas, atividades familiares, etc) passam a ser consideradas elementos estruturantes do trabalho, desligando, até certo ponto, a evolução e as trajetórias profissionais da qualificação, dos certificados escolares e diplomas.

A competência é realmente a competência de um indivíduo (e não a qualificação de um emprego) e se manifesta e é avaliada quando de sua utilização em situação profissional (a relação prática do indivíduo, logo, a maneira como ele enfrenta essa situação está no âmago da competência) [...] que só se revela nas ações em que ela tem o comando destas últimas [...] Em outras palavras, a competência só se manifesta na atividade prática, é dessa atividade que poderá decorrer a avaliação das competências nela utilizadas (ZARIFIAN *apud* BATISTA, 2006, p.96).

Normas de avaliação e certificação são elaboradas com objetivo de garantir a compatibilidade entre as competências requisitadas pelos empregos, definir e sistematizar o perfil profissional. Depois de validadas, as competências convertem-se em instrumentos do trabalhador para a integração ao mercado de trabalho e mobilidade profissional.

No campo educacional, a noção de competências produz um deslocamento “do ensino centrado em saberes disciplinares para um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações e tarefas específicas e que visa a essa produção, que caracteriza a ‘pedagogia das competências’” (RAMOS, 2006a, p.185). As reformas dos sistemas educativos no intuito de promover a integração entre a formação e emprego fornecem materialidade ao deslocamento conceitual. Realizando ações concretas norteadas pela noção, os sujeitos sociais institucionalizam a pedagogia das competências.

Em síntese, em vez de se partir de um corpo de conteúdos disciplinares existentes, com base no qual se efetuam disciplinares existentes, com base no qual se efetuam escolhas para cobrir os conhecimentos considerados mais importantes, parte-se das situações concretas, recorrendo às disciplinas na medida das necessidades requeridas por essas situações (RAMOS, 2006. p.221).

Um sistema de competência profissional é composto por três subsistemas: normalização das competências, formação por competências e avaliação e certificação

por competências, que consistem num conjunto de normas ou padrões válidos em diferentes ambientes produtivos, que servem de parâmetros para avaliar as capacidades dos trabalhadores e orientar a organização dos programas de formação (Ibid.)

Assim como a pedagogia das competências, o conceito de empregabilidade faz parte do ideário que justifica e legitima a desresponsabilização do capital e do Estado pela eliminação, desvalorização e precarização dos postos de trabalho, infligindo aos indivíduos a responsabilidade de empreender estratégias eficientes e criativas para manter suas competências em dia, assegurando sua própria inserção e permanência no mercado de trabalho.

No sentido mais comum, 'empregabilidade' tem sido compreendida como a capacidade de o indivíduo manter-se ou reinserir-se no mercado de trabalho, denotando a necessidade de o mesmo agrupar um conjunto de ingredientes que o torne capaz de competir com todos aqueles que disputam e lutam por um emprego (OLIVEIRA, 2006, p. 142).

As mudanças no mundo do trabalho e as exigências e concepções em torno da qualificação da força de trabalho são unificadas e uniformizadas pelo discurso oficial da globalização, dando sentido a uma ilusória centralidade da educação como solução para o problema do desemprego, sem levar em conta as assimetrias da atual divisão do trabalho.

Os novos conceitos que norteiam as relações produtivas e educativas mascaram a realidade de desvalorização do trabalho em função do aumento das taxas de lucro através de uma suposta autonomia e participação que nem sempre demandam maiores níveis de qualificação profissional.

Entretanto, a autonomia e a participação podem ser vistas não apenas em relação à capacidade de decisão dentro do processo produtivo, por "um segundo ângulo, a autonomia é vista como uma condição que permite ao indivíduo mudar de emprego numa mesma empresa ou de uma empresa para outra ou mesmo de um setor de atividade para outro" (RAMOS, 2006, p.205).

Na lógica da pedagogia das competências e da empregabilidade, participação e autonomia são características indispensáveis ao trabalhador para que ele possa adequar-se a futuras mudanças tecnológicas e necessidades das empresas, dentro dos limites da estrutura capitalista.

Além de reordenar a relação entre emprego e educação, estas noções constituem-se em 'estratégias para educar o consenso' adotadas na fase atual do capitalismo como tentativa de conciliar (os irreconciliáveis) interesses da classe trabalhadora e da burguesia. Elas reconfiguram o papel da educação e dos espaços educativos, elas atuam não apenas impondo uma forma de conduta e ação no interior dos processos produtivos, mas na própria vida das pessoas.

Na pós-modernidade, a escola é uma instituição mediadora da constituição da alteridade e de identidades autônomas e flexíveis, contribuindo para a elaboração dos projetos subjetivos no sentido de torná-los maleáveis o suficiente para se transformarem no projeto possível em face à instabilidade da vida contemporânea (RAMOS, 2006a, p. 188).

Busca-se transmutar os excluídos do projeto societário burguês, mais afetados direta e negativamente pela ofensiva neoliberal e que poderiam representar alguma ameaça através do protesto e da insubordinação, em incluídos, em colaboradores dos mecanismos de obtenção do consenso, criando e difundindo a ilusão de que não há excluídos e sim indivíduos ainda não incluídos (NEVES & SANT'ANNA, 2005). Trata-se de uma abordagem pedagógica que distancia os antagonismos estruturais do capital e, portanto, as perspectivas de transformações e contra-hegemonia. (LIMA & MARTINS, 2005).

Em face ao aumento do contingente de trabalhadores desempregados e subempregados, as empresas elevam os critérios de seleção para a contratação, mesmo para o desempenho de atividades simples e rotineiras que não exijam maiores qualificações, mais com o objetivo de precaver-se diante das constantes e possíveis mudanças das conjunturas de mercado do que em função do elevado grau de complexidade das atividades.

Empregos que demandam alta qualificação e capacidade de abstração fazem parte de um núcleo estável do mercado de trabalho que vem decaindo progressivamente num movimento observado em proporções mundiais. Em contrapartida, para a maior parte dos postos de trabalho existentes a qualificação não se coloca como problema.

A centralidade do trabalho

A profunda mudança nos requisitos de qualificação dos postos de trabalho e um movimento de ajuste dos processos de formação profissional e dos sistemas educacionais na direção de adaptar-se ao conteúdo e à forma do trabalho não são suficientes, de forma alguma, para evidenciar uma maior complexidade dos postos de trabalho. As ancoragens teóricas e simbólicas que postulam a relação mecânica entre trabalho e educação, entre educação e escola buscam esconder ou minimizar os efeitos perversos e destrutivos da expansão do modo de produção capitalista.

Embora as inovações tecnológicas proporcionem uma maior autonomia do capital e eliminem quaisquer vestígios de controle que o trabalhador possa ter sobre o processo produtivo, a crescente substituição do capital vivo pelo capital morto e o aumento do desemprego geram ao mesmo tempo o acirramento da luta de classes, evidenciando os limites do capitalismo e oferecendo risco a sua estabilidade.

Dada a vulnerabilidade do capital, as ideologias dominantes buscam a naturalização do desemprego estrutural e do emprego precário, autores como Bell, Habermas, Gorz, Kurz e Offe apóiam-se nas supostas tendências de diminuição do trabalho na atual fase do capitalismo para afirmar a perda da centralidade do trabalho como fundamento estruturante da sociedade e o desaparecimento do proletariado.

Numa perspectiva contrária a estes autores, Antunes (2000) busca compreender o que são 'os proletários do mundo de hoje', redesenhando as principais características "de uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais complexificada e mais fragmentada", que incorpora a totalidade do trabalho social. O proletariado ou a classe trabalhadora hoje, ou o que o autor denomina "a classe-que-vive-do-trabalho

compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção” (op.cit., p. 96).

Neste sentido, a classe trabalhadora é composta centralmente por trabalhadores produtivos, aqueles que produzem diretamente mais-valia e que participam também diretamente do processo de valorização do capital, através de atividades materiais ou imateriais, e pelos trabalhadores improdutivos, cujo trabalho é consumido como valor de uso (utilizado como serviço) e não enquanto trabalho que cria valor de troca. Ela incorpora também o proletariado rural e o proletariado precarizado (trabalhadores fabril e de serviço caracterizados pelo trabalho temporário, parcial e desprovido de direitos) (ANTUNES, 2001). Esta noção ampliada da classe trabalhadora nos permite recusar a tese da perda da importância e da centralidade do trabalho e do fim da emancipação humana fundada no trabalho, já que os contingentes de pessoas que vivem do salário aumentam progressivamente.

Após a recente derrota histórica da classe trabalhadora, o capital amplia as formas de exploração do trabalho, através da ‘mundialização da técnica’ e da “mundialização da mais-valia”.

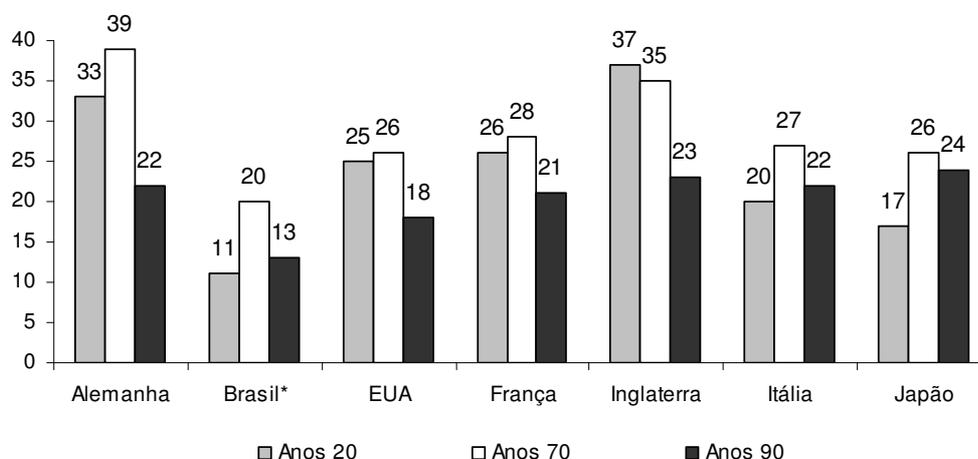
O que é essa mais-valia considerada ao nível global? Ela é fugidia e nos escapa, mas não é abstrata. Ela existe e se impõe como coisa real, embora não seja propriamente mensurável, já que está sempre evoluindo, isto é, mudando. Ela é “mundial” porque entretida pelas empresas globais que se valem dos processos científicos e técnicos disponíveis no mundo e pedem, todos os dias, mais progresso científico e técnico (SANTOS, 2004, p.30).

No entanto, ao contrário do discurso oficial da globalização, as características principais que atingem a classe trabalhadora, embora ocorram no mundo inteiro, diferenciam-se de acordo com as particularidades de cada país e a sua inserção na divisão social do trabalho. Antunes (2000) destaca cinco tendências principais que vem ocorrendo no mundo do trabalho hoje.

A primeira tendência remete à redução do operariado manual, fabril estável, típico do período taylorista-fordista, o que vem ocorrendo no mundo do trabalho em escala mundial é uma redução do operariado manual, fabril, estável, típico da fase

taylorista e fordista, ainda que de maneira diferenciada em função da inserção de cada país na divisão internacional do trabalho.

Evolução da participação do emprego na indústria de transformação no total das ocupações em países e anos selecionados



*No Brasil, os dados iniciais referem-se à transformação no total de ocupações em países selecionados.

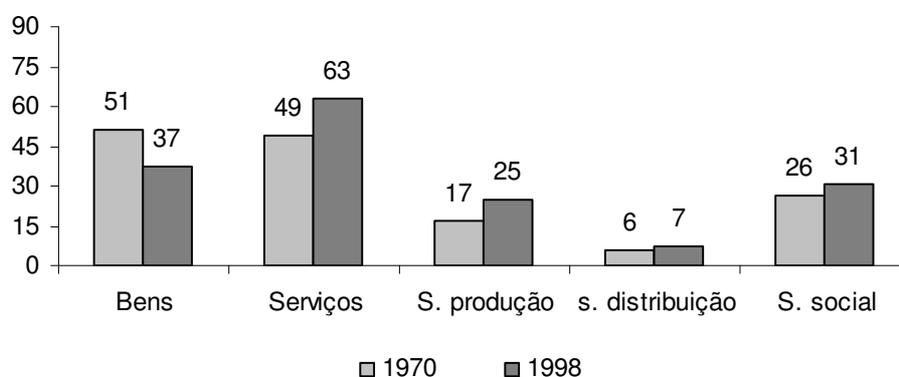
Fonte: Castells & Aoyama, 1994; FIBGE apud POCHMAN, 2001, p.54.

Observando as alterações dos padrões de emprego europeus, que assinalavam uma forte tendência à queda nos setores agrícola e industrial, Daniel Bell formulou o conceito 'sociedade pós-industrial', no livro **O advento da sociedade pós-industrial**, publicado em 1973. A expansão do mercado de trabalho passa a concentrar-se no setor de serviços, que nos anos 1980 correspondem a mais de 50 % do total dos empregos na Europa Ocidental. A noção de sociedade pós-industrial pretende mostrar que as mudanças nos padrões produtivos são acompanhadas por uma mudança nos valores, caracterizada pelo conhecimento e pela informação como novas forças propulsoras do progresso e do crescimento econômico, mas em contrapartida, Bell afirma que a cultura ocidental de poupança e gratificação adiada, da antiga segurança,

é substituída por uma cultura hedonista de fruição imediata, preocupada com o lazer, a diversão, a exibição e o prazer (DAHRENDORF, s/d).

Sendo assim, uma outra tendência observada por Antunes (2000) está na expansão do emprego assalariado no setor de serviços.

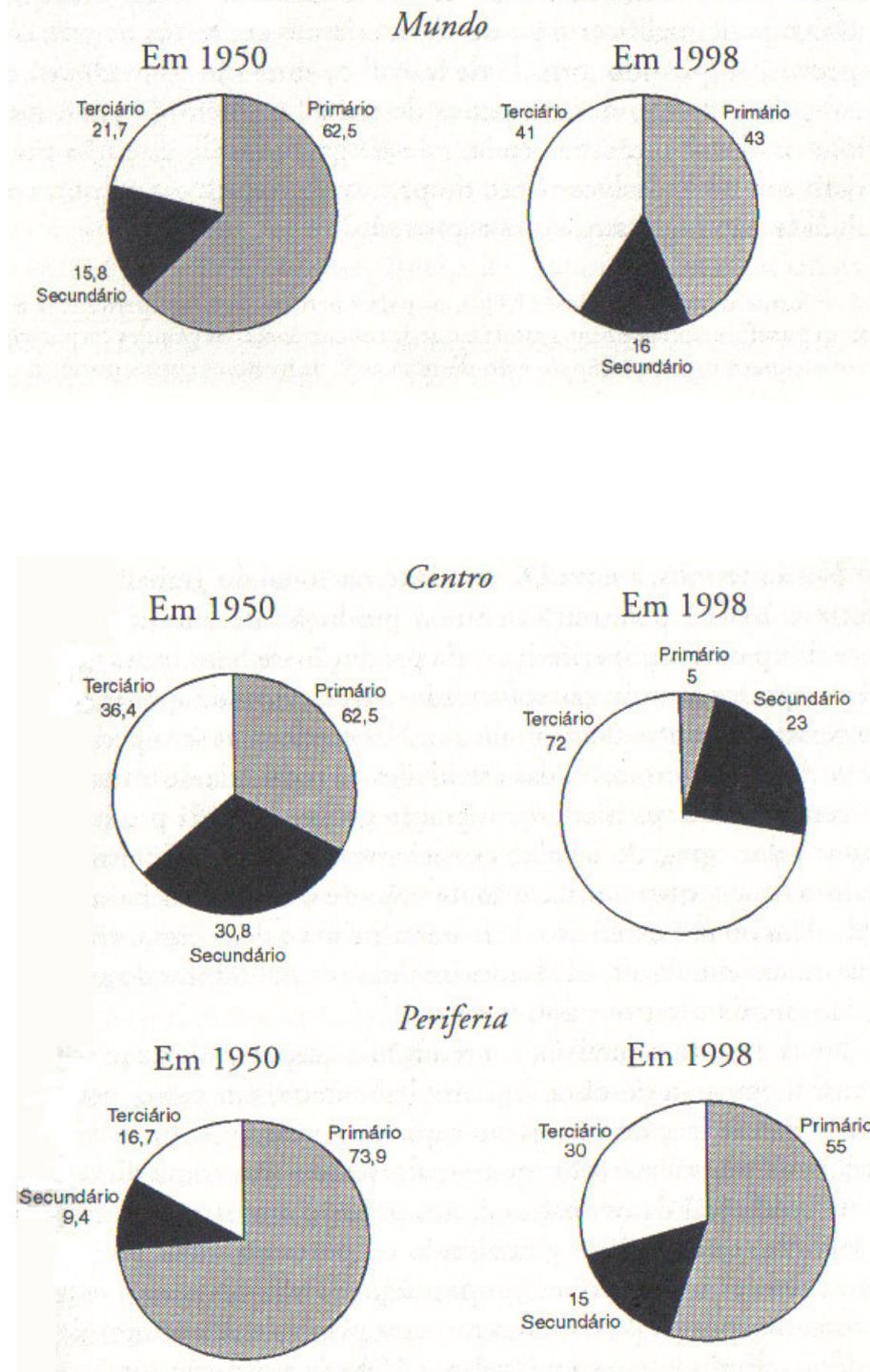
Evolução da composição ocupacional nos países da OCDE, 1970-1998 (em %)



Fonte: OCDE (vários anos) *apud* POCHMANN, 2001, p. 31.

Tanto países periféricos quanto países centrais apresentam alterações substanciais na composição do emprego. No entanto, o que vemos é um movimento divergente, caracterizado pela periferização da indústria, no qual as economias não-desenvolvidas transformam-se em “uma grande feira mundial de concorrência pelos menores custos de trabalho possíveis, a ser visitada por compradores de força de trabalho que representam as grandes corporações transnacionais” (POCHMANN, 2001, p.8).

Gráfico 6: Mundo: evolução da estrutura ocupacional, 1950 e 1998 (em %)



Fonte: OIT (vários anos) apud POCHMANN, 2001, p.33.

Enquanto os países ricos possuem menos 30% das ocupações na agropecuária e na indústria, os países periféricos são marcados pelo padrão de reprimarização da economia e concentram as etapas menos complexas das atividades manufatureiras e mão-de-obra com menores custos.

Assim como Bell, Alvin Toffler, Robert Kurz e Adam Schaff afirmam as inovações tecnológicas e as transformações conjunturais do capitalismo como traços paradigmáticos de uma nova sociedade. Toffler profetiza o surgimento da sociedade do conhecimento, o desaparecimento do proletariado e a emergência do cognitariado, tomando a revolução tecnológica como premissa de uma sociedade supostamente 'melhor e mais democrática, menos excludente e mais igualitária'. Para Kurz, o avanço das forças produtivas provocam uma transformação no conjunto das relações sociais. Desta forma, o desenvolvimento das forças produtivas proporcionado pelos níveis de concorrência levariam à superação das contradições capitalistas, abolindo o trabalho abstrato, derrubando a burguesia e o proletariado. Uma outra vertente da mesma falácia, afirmada por Schaff, é a de que a eliminação do trabalho abstrato pela automatização dos processos de trabalho conduziria à ampliação da consciência social e ao controle democrático da produção, desapareceria o *homo laborans* possibilitando o surgimento do *homo ludens* (FRIGOTTO, 2003).

Contrapondo essas teorias, a terceira tendência em expansão no mundo do trabalho é o aumento do desemprego e do emprego precário. Como nos mostra Harvey (2001), a radical reestruturação do mercado de trabalho mediante os padrões de produção flexíveis caracteriza-se por dois grupos de trabalhadores: um reduzido número de trabalhadores centrais e um grupo periférico em constante expansão.

O grupo de trabalhadores centrais possui "maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e de reciclagem, e de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas, esse grupo deve ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel" (Ibid., p.144).

Em contrapartida o grupo periférico de trabalhadores divide-se em dois subgrupos¹³: empregados de tempo integral sem qualquer especialização com características facilmente encontradas no mercado de trabalho e os empregados de tempo parcial, pessoal com contrato por tempo determinado e treinado com subsídio público.

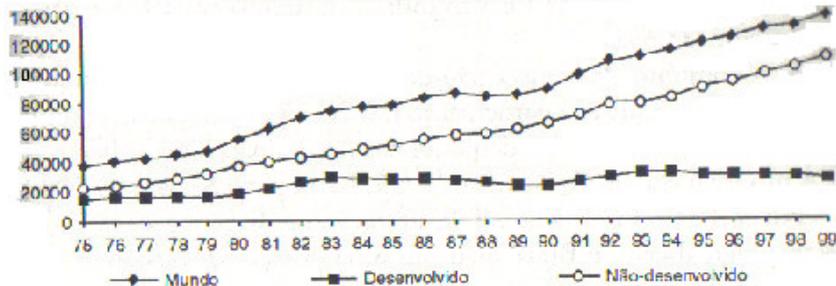
A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins. Na Inglaterra, os “trabalhadores flexíveis” aumentaram em 16%, alcançando 8,1 milhões entre 1982 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram 6%, ficando em 15,6 milhões. Mais ou menos no mesmo período, cerca de terço dos dez milhões de novos empregos criados nos EUA estavam na categoria de temporários (HARVEY, 2001, p.144).

No Brasil, conforme analisa Pochmann (2006, p.113):

Cresceu velozmente o desemprego aberto, cuja taxa mais do que quintuplicou nas últimas duas décadas, pois passou de 2,8, em 1980, para 15%, em 2000. Da mesma forma, o aumento do desemprego veio acompanhado da diminuta geração de postos de trabalho, na maioria precária. No ano 2000, por exemplo, a taxa de precarização dos postos de trabalho ultrapassou os 40% do total da ocupação nacional.

O desemprego estrutural, a mais visível e perturbadora das contradições do capitalismo atual, produz cada vez mais trabalhadores descartáveis e excluídos das condições mais essenciais à vida. A participação das nações não-desenvolvidas no desemprego aberto passou de 59%, em 1975, para 79,4% em 1999, apresentando a ampliação da população economicamente ativa, que passou de 76,4 % para 81,6% (POCHMANN, 2001).

Gráfico 2 – Mundo: evolução da quantidade de desempregados, 1975-1999



Fonte primária: UN; ILO; WB; IMF; OCDE; EUROSTAT
(Elaboração própria)

POCHMANN, 2001, p.87.

A quarta tendência enunciada por Antunes (2001) remete ao aumento expressivo do trabalho feminino e de uma nova divisão sexual do trabalho, caracterizada pela incorporação das mulheres nas áreas de maior trabalho intensivo e pela predominância de homens nos setores onde há maior emprego de tecnologia.

A quinta e última tendência diz respeito à exclusão dos jovens e das pessoas consideradas velhas para o mercado de trabalho. Os jovens são aqueles que concluem etapas do ensino médio ou superior e não encontram espaço no mercado de trabalho. Segundo Pochmann (2001), nos países desenvolvidos 44% do excedente de mão-de-obra está concentrado entre aqueles que possuem entre 15 e 24 anos.

O reordenamento e a redefinição das profissões e dos requisitos de qualificação são elementos que conduzem à dificuldade de inserção dos profissionais de 40 anos ou mais. Uma vez desempregados, estes trabalhadores não retornam ao mercado do trabalho formal, acabam por realizar trabalho parciais e informais, as empresas preferem contratar profissionais mais jovens, com formação flexível e multi-adaptável.

As evidências empíricas indicam a incompatibilidade entre a contínua desvalorização do trabalho, que vem se processando historicamente como estratégia

de pleno controle do trabalho, e a ilusória valorização da educação e da qualificação. A inconsistência, presente nas teorias que postulam um vínculo linear entre trabalho e educação, fica nítida quando analisamos a desestruturação dos mercados de trabalho caracterizada pelas crescentes taxas de desemprego aberto e pela precariedade da maior parte dos empregos disponíveis hoje, que, mesmo diante do incomensurável progresso técnico e científico da 'sociedade do conhecimento', são pouco qualificados, mal remunerados e contratualmente favoráveis ao capital.

Com originalidade pós-moderna, o credo neoliberal promove os ideais liberais do século XIX, tendo como bandeira a liberdade individual como valor moral absoluto, erosionando a concepção de igualdade e qualquer perspectiva de coletividade.

As formulações teóricas que afirmam o fim do trabalho "são apenas expressões de uma nova materialidade da crise e contradição do capitalismo (hoje)" (FRIGOTTO, 1997, p.92). Em muitos aspectos não levam em conta as relações de poder e os interesses antagônicos e conflitantes, dificultando a compreensão da realidade. Desviam a apreensão dos fenômenos econômicos e políticos, concentrando a reflexão no plano cultural, como se as mudanças de hábitos e costumes não fossem estabelecidas no conjunto das relações sociais e dos interesses de classe.

Informação e mercado fundam-se como referências do 'paradigma pós-moderno' como instrumentos capazes de induzir uma revolução nos valores, nas identidades e no modo de vida das pessoas e de sociedades inteiras.

Automaticamente, seguindo os rumos naturais do desenvolvimento dos mercados, o conhecimento produzido socialmente seria partilhado por todas as pessoas, gerando um mundo de pessoas inteligentes, educadas e pacíficas, capazes de ajustar-se ao desequilíbrio e às incertezas por meio do diálogo, pois todos partiriam de um pensamento único como base da ação e da conduta.

As transformações no conteúdo e na forma de organização do trabalho e nas relações de poder não alteram a estrutura capitalista de subalternização do trabalho e, portanto, o antagonismo estrutural da sociedade capitalista.

[...] o aumento da influência da informação na economia não significa de nenhuma maneira a conversão do capitalismo numa “sociedade da informação”, como imaginam numerosos autores. A crescente valorização de um recurso em detrimento de outros na produção generalizada de mercadorias não altera a natureza da reprodução do capital. A “sociedade do conhecimento” é uma sociedade de classes, economicamente regulada pela lei do valor e socialmente assentada na extração da mais-valia. Por esta razão, os parâmetros que regem o manejo, distribuição e conhecimento (ou desconhecimento) da informação são comuns às regras dominantes em qualquer outra atividade social. Usualmente, os teóricos da sociedade da informação partem de uma definição lata do termo, que dá lugar a uma quantificação irreal das atividades informativas (KATZ, 1996 *apud* LIMA & MARTINS, 2005, p.54).

Nessa perspectiva, é fundamental destacar que o atual momento histórico não pressupõe, assim como buscam sofismar os intelectuais conservadores ou da pós-modernidade, uma fase de superação das relações sociais capitalistas.

Longe de significar a emergência da sociedade globalizada, pós-industrial, pós-classista, pós-capitalista ou afirmar o fim do trabalho como categoria estruturante da produção humana, o momento em que vivemos atualmente é marcado pela exacerbação da exploração e da alienação e de todas as formas de exclusão e violência em nome da expansão do capital.

Certamente as transformações históricas continuam a ter o trabalho como fonte de valorização do capital como categoria central, e é justamente por isso que as relações produtivas sofrem alterações, tanto do lado da força de trabalho – precarizam-se as formas de contratação, intensifica-se a sua utilização, individualizam-se e degradam-se as formas de remuneração, destrói-se a força política e sindical da classe trabalhadora – quanto do lado do capital – mudam as estruturas tecnológicas e organizacionais sob o comando de grandes grupos financeiros globalizados.

A ampliação da classe trabalhadora, sua heterogeneidade e complexidade no momento atual, as contradições provenientes da expansão incontrolável do capitalismo cada vez mais evidentes, a intensificação da exploração e a desumanização do trabalho são evidências da centralidade e da importância do trabalho para o capitalismo. Ao contrário das teses de fim do trabalho, essa realidade aproxima do

trabalho e da classe trabalhadora a construção de uma alternativa contra-hegemônica e as possibilidades de emancipação humana.

Considerações finais

Como vimos, da ótica dos homens de negócio o modelo de regulação e acumulação fordista-keynesiano continha o problema da rigidez tanto do investimento produtivo quanto da relação salarial mediada pelo Estado. Apesar de a grande faceta desse período ter sido: a aliança *“entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta”* (HARVEY, 2001, p.125) e da capacidade estatal para gestar crises relacionando o poder político, o capital e garantindo consentimento das classes subalternas (NEVES, 2008).

Com o desenvolvimento de pesquisas durante o século XX, acelerou-se o avanço científico-técnico e a nova base técnica ‘molecular-digital’: pela utilização da energia nuclear, da microeletrônica, da ‘invenção’ de novos materiais, de máquinas flexíveis e ‘inteligentes’, da informática, etc, que foram dando um poder extraordinário ao capital, o de, a partir de uma centralização de dados e de uma ‘produção enxuta’ (células de produção) e em escopo, irem deslocando as plantas produtivas ao redor do globo terrestre da maneira que melhor lhe retribua em lucros e com o menor quadro de funcionários fixos (estáveis) possíveis. Outro dado importante é que esse processo tem sido articulado a um aumento da captura da subjetividade dos trabalhadores (e não apenas de sua força física como ocorria no fordismo), desde a aplicação dos métodos ohnistas na Toyota (Japão).

Como consequência desses processos, aumentou de maneira violenta o desemprego estrutural e todo o azar de acontecimentos que o acompanha fragilizam os trabalhadores e sua classe na perspectiva de superação do sistema produtor de mercadorias. A reprodução e produção devem se dar base a ‘novas’ (maiores) formas de exploração da classe trabalhadora, condições degradantes de trabalho e de sobrevivência, perda de direitos, aumento da pobreza e das desigualdades. Sendo

assim, passaremos a analisar como estes processos incidiram sobre a organização do trabalho e da educação.

Ficando patente que aumento do trabalho morto (trabalho humano coisificado - transformado em máquinas) não corresponde a uma liberação do homem para outras áreas de sua existência, pois a tecnologia é utilizada para obtenção e maximização do lucro pela classe capitalista através da extração de mais-valia. Na prática, os trabalhadores têm que conviver cada vez mais com o subemprego e o desemprego e com a desvalorização de sua força de trabalho.

A automação do processo produtivo não consistiu numa elevação geral dos níveis de qualificação e das habilidades cognitivas e na autonomia dos trabalhadores, verificando-se aumento nas extrações de mais-valia relativa e absoluta. Assistimos ao enorme crescimento do trabalho semiqualficado de escritório e de outros empregos do setor de serviços, nos quais há um refinamento do controle sobre o trabalho pelas técnicas informacionais.

Na ótica da burguesia a maioria dos trabalhadores deveria receber apenas os conhecimentos e informações necessárias para execução de suas tarefas, sendo formados numa variedade de escolas voltadas para ramos profissionais, enquanto o conhecimento científico-técnico e político mantenham-se como privilégios de classe.

A construção de uma alternativa concreta abrangente, que não se limite a soluções reformistas e não-estruturais, pressupõe a intervenção ativa da educação em seu sentido mais amplo e profundo. A transformação significativa das formas de internalização dominante torna-se fundamental, modificando as concepções em torno da história, integrando a educação e a vida em processos de aprendizagem consciente, capazes de quebrar a dominação estrutural do capital, a alienação e a percepção fetichizada da realidade (PARANHOS, 2008).

Entretanto, este objetivo só pode ser alcançado pela socialização do conhecimento sobre os fundamentos da produção moderna em uma escola unitária assegurada e financiada pelo Estado, pretendendo-se impedir a formação de

“mamíferos de luxo” por um lado, e a de trabalhadores produtivos – geradores de mais-valia –, que apenas “adestram as mãos e aguçam o olho”, por outro.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. 1995. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós Neoliberalismo e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ANTUNES, Ricardo. 2000. *Os novos proletários do mundo na virada do século*. Revista Marxismo Vivo. São Paulo: KOORKOM, junho/ setembro, 2000.

_____. 2001. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

BATISTA, Roberto Leme. A Panacéia das competências: uma problematização preliminar. In: ALVES, G.; GONZALES, J.L.C. & BATISTA, R. M. *Trabalho e Educação: contradição do capitalismo global*. Londrina: Práxis, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. 2004. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. 1998. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. 2006. Sobre as relações sociais capitalistas. In: LIMA, Júlio César França & NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

DAHRENDORF, Ralf. *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. São Paulo: EDUSP, s/ data.

DINA, Angelo. 1987. *A fábrica automática e a organização do trabalho*. Petrópolis: Vozes.

ENGELS, Friedrich. 2004. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo. *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular.

FRIGOTTO, Gaudêncio. 1999. *Globalização e Crise do Emprego: Mistificações e Perspectivas da Formação Técnico-Profissional*. Boletim Técnico do Senac, v.25, n.2, março/ agosto.

_____. 1997. Os Delírios da Razão: Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo educacional. In: GENTILI, Pablo. *A Pedagogia da Exclusão*. Petrópolis: Vozes.

_____. 2006. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez.

HARVEY, David. 2001. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

HOBBSBAWN, Eric. 1995. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

HUMPHREY, John. 1995. O impacto das técnicas japonesas de administração sobre o trabalho industrial no Brasil. In: CASTRO, Nadya. *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*, São Paulo: Paz e Terra.

LIMA, Katia R. de Souza & MARTINS, André Silva. 2005. Pressupostos princípios e estratégias. In: NEVES. Lúcia M. W. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade*. São Paulo: Xamã.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. 1989. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez.

MARX, Karl. 1996. *O capital: crítica da economia política: livro I*. São Paulo: Nova Cultural.

MÉSZÁROS, István. 2004. *A crise estrutural do capital*. Revista Outubro, n.º 4.

NEVES, Bruno Miranda. *O Ensino Médio Integrado no contexto da mundialização do capital: a luta pela formação unitária e politécnica no Brasil*. Monografia de Graduação: Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley & SANT'ANNA, Ronaldo. 2005. Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia M. W. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade*. São Paulo: Xamã.

OLIVEIRA, Ramon de. 2006. Empregabilidade (verbetes). In: ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (Org.). *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV.

PARANHOS, Michelle. 2008. *Trabalho, educação e capitalismo: momentos históricos e confrontos ideológicos*. Monografia de Graduação: Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

POCHMANN, Márcio. 2001. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo.

RAMOS, Marise. 2004. *O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio & CIAVATTA, Maria. *Ensino Médio, ciência, cultura e trabalho*. Brasília: MEC/SEMTEC.

_____. 2006a. Pedagogia das Competências (verbetes). In: ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (Org.). *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV.

_____. 2006. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. 2004. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

SAVIANI, Demerval. 2003. *O choque teórico da politecnicidade*. Rio de Janeiro: Trabalho, Educação e Saúde. Vol. 1, n.º 1, FIOCRUZ, março de 2003.

SILVA, Simone. Projeto de Monografia de Conclusão de Curso de Graduação: Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Simone; NEVES, Bruno & PARANHOS, Michelle. 2007. *A contribuição do pensamento marxista na construção da “educação para além do capital”*. Trabalho apresentado no III EBEM, em Sallbador, no dia 12 de novembro de 2007.

SOUZA, Donaldo Belo; SANTANA, Marco Aurélio & DELUIZ, Neise. 1999. *Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet.

¹ Trabalho desenvolvido a partir de estudos que deram origem ao Trabalho de Conclusão de Curso dos Autores. Agradecemos ao professor e pesquisador Gaudêncio Frigotto, que foi muito importante para a produção deste trabalho. À Marcela Reis pela leitura do esboço e a Hécio Duarte pela adequação ortográfico-gramatical deste trabalho.

² Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Uerj.

³ Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Uerj.

⁴ Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Uerj.

⁵ PARANHOS, 2008; NEVES, 2008; SILVA, 2008.

⁶ O neoliberalismo tem origem na Europa e na América do Norte logo após a Segunda Guerra Mundial, foi uma reação teórica e política contra o Estado de Bem-Estar Seu texto de origem é *O caminho da Servidão*, escrito em 1944 por Friedrich Hayek. Ver ANDERSON, 1995.

⁷ Sistema de técnicas e métodos de gestão e organização do trabalho e da produção implantados pelo engenheiro Taiichi Ohno, na Toyota, nos anos 50. Ver Humphrey, 1995.

⁸ Trata-se de contingentes não integrados e não integráveis ao mundo da produção. Essa realidade se apresenta com estatísticas alarmantes: um bilhão e duzentos mil desempregados no mundo; taxas de desemprego que variam de 10% a 22% na Europa. Essa situação é amenizada pela existência de uma sociedade civil forte e de uma tradição histórica que garante, mediante o fundo social, a não-proliferação da indigência (FRIGOTTO, 1999). Uma das maiores contradições do capitalismo e da sua incontrolável expansão é a destruição dos limites racionais, que permitem a sua permanência e a sua viabilidade. O fato de o capital não pode existir sem o trabalho e a sua tentativa constante de reduzir o valor do trabalho e da classe trabalhadora perturbam a dinâmica do sistema, tornam da luta de classes

⁹ Harvey (2001) afirma que enquanto as técnicas de racionalização do processo de trabalho eram duramente combatidas na Europa Ocidental, Lênin louvava a tecnologia de produção fordista e taylorista.

¹⁰ “O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse ‘qüiproquó’, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da

mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias” (MARX, 1996, p.187).

¹¹ O Consenso de Washington, formulado em 1989 por organizações supranacionais do capital como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, constitui um conjunto de medidas a serem executadas para promover o ajustamento econômico dos países em desenvolvimento e a sua participação no contexto internacional. Dentre elas medidas “básicas” destinadas aos países que desejassem adquirir recursos financeiros e econômicos: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatização das estatais; desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); direito à propriedade.

¹² A noção de capital social vem sendo difundida por intelectuais como Francis Fukuyama, James S. Coleman, Robert D. Putnam, Antony Giddens, etc., empregada nos documentos dos organismos internacionais do capitalismo.

¹³ Estes dois subgrupos apresentam características muito distintas. O primeiro consiste no pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado com alta taxa de rotatividade, o segundo oferece uma flexibilidade muito maior e tem apresentado crescimento bastante significativo nos últimos anos.